



Plenário mantém 11 dos 13 vetos analisados

Governo argumenta que propostas são inconstitucionais e/ou contrárias ao interesse público

Dois, do total de 24 vetos apostos pelo governador a projetos ou emendas parlamentares, foram derrubados pelos deputados na sessão plenária de terça-feira (19). Com a rejeição do veto total ao Projeto de Lei nº 406, de 2004, de autoria do deputado Valmir Comin (PP), os usuários de shopping centers, supermercados e agências bancárias, em todo o território catarinense, ficam isentos do pagamento de taxas de estacionamento até 90 minutos de permanência.

Análise da PGE (Procuradoria Geral do Estado), que deu base à rejeição total da proposta pelo governo, afirma ser inconstitucional, por tratar de matéria que estaria restrita à competência legislativa dos municípios.

Outro veto rejeitado pe-

los parlamentares restituiu dois artigos resultantes de emendas ao projeto do Executivo que criou o Plano do Fundo de Saúde dos Servidores Públicos Estaduais. Ambos referem-se à gestão e administração de recursos, o que, conforme análise da PGE, é contrário ao princípio definido pelas Cartas Magnas federal e estadual, sobre a competência de gestão administrativa do Estado.



Deputado Valmir Comin



Votação foi tranquila, apesar das divergências sobre os argumentos governamentais ancorados na inconstitucionalidade

Página 9

Tratamento de resíduos industriais é tema de audiência pública

A pedido do deputado Paulo Eccel, líder da bancada do PT, a Comissão de Turismo e Meio Ambiente realiza no dia 28 deste mês, em Brusque, audiência pública que vai reunir a população do município, órgãos ambientais e poderes públicos para debater temas relacionados ao tratamento de efluentes industriais no município pela Estação de Tratamento de Efluentes Anglian Water.

O debate será no salão da igreja do bairro Steffen e foram chamados a Fátma (Fundação do Meio Ambiente), que, além de fiscalizar, licen-

ciou a implantação do projeto de Sistema Integrado de Brusque e anualmente concede a LAO (Licença Ambiental de Operação), o Ibama (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), a Secretaria de Desenvolvimento Regional de Brusque, Ministério Público (Comarca de Brusque) e representantes da Anglian e de lideranças comunitárias.

Uma das razões que motivou a realização da audiência é o impacto que podem ter no meio ambiente e na saúde dos moradores os gases oriundos de locais onde há despejo de resíduos.

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

Demissões na Cidasc foram questionadas em encontro no Parlamento

MAUS GESTORES PÚBLICOS. A SOCIEDADE NÃO PODE PAGAR POR ISTO!
Fórum dos Servidores Estaduais Unificados de SC

Página 5

Dia do Índio

Conselho Indigenista aponta situação crítica em SC

Num documento intitulado *Direitos indígenas são violados em Santa Catarina*, o Conselho Indigenista Missionário reafirma a necessidade da sociedade reconhecer e agir em favor do resgate da dívida com o que resta dos povos que viviam originalmente em terras catarinenses. O relatório foi divulgado pelo deputado Afrânio Boppré (PT), na sessão plenária do último dia 19, Dia do Índio. "A terra para os povos indígenas tem outros critérios de valores. Não são eles comerciais, mas sim espirituais, não servem apenas para produzir alimentos, mas principalmente para produ-

zir cultura e viver em sintonia com a natureza", ensinou o parlamentar. A deputada Odete de Jesus (PL) endossou as palavras do petista e lamentou que nessa data comemorativa não haja nada a ser comemorado.

"Torna-se (a data) apagada pela injustiça e abandono que os índios enfrentam. Esses maus-tratos fazem com que a sociedade tenha uma visão marginalizada desse povo, e isso não é verdade, pois eles eram os donos da terra e sempre lutaram de forma justa para sobreviver", resumiu a liberal.

Página 10

Especial

Dia Mundial do Livro

O livro ainda é objeto de difícil acesso ao brasileiro, o que deixa pouco a comemorar e muito a refletir no dia 23 de abril, data em que se comemora o Dia Mundial do Livro. A reportagem do ALNotícias mostra um pouco da realidade catarinense.

Páginas centrais

Cruzada pela redução do recesso

Mais dois municípios catarinenses aprovaram o recesso parlamentar. Em Rodeio, os vereadores de 90 para 60 dias, eliminando os 30 dias de suspensão dos trabalhos ordinários da Câmara no mês de julho. Já em Timbó, o encurtamento foi mais drástico, com limitação do recesso em 45 dias. Decisões como estas se somam a outras três cidades do Vale do Itajaí - Blumenau, Jaraguá do Sul e Pomerode - que também optaram pelo resgate da credibilidade das Câmaras Municipais junto à sociedade, abreviando o recesso.

A coincidência na redução das popularmente denominadas "férias parlamentares" nestes cinco municípios, e também na proposição em adiantada tramitação em Criciúma, Guarimirim e Penha, é de que todos os projetos são deste ano. Ou seja, foram apresentados pelos legisladores empossados em 1º de janeiro de 2005. E nossa convicção é de que foram motivados pelo projeto de igual teor de nossa autoria, em conjunto com a Bancada do PT que, infelizmente, há um ano permanece engavetado na As-

sembléia Legislativa.

Nosso objetivo ao iniciarmos essa cruzada é o de adequar a vantagem do recesso à atual realidade. E nesse sentido temos o respaldo de todos os segmentos da sociedade organizada, que junto conosco está coletando subscrições em todo o Estado, visando 100 mil adesões ao abaixo assinado que pretendemos apresentar na Assembléia Legislativa na esperança de ao menos darmos continuidade à discussão do projeto de redução para 30 dias do recesso dos deputados estaduais.

Essa é uma luta pela moralização da política. Defendemos a maior agilidade do Legislativo Estadual, a equiparação da folga dos parlamentares às férias anuais do trabalhador comum e evitando assim a necessidade de convocações extraordinárias. Trata-se portanto de uma proposta ética, que se ainda em projeto já influenciou vários municípios catarinenses, com o corte do recesso, estaremos criando um instrumento de pressão para a sociedade cobrar de seus vereadores medida de igual efeito em todo o Estado.

Ana Paula Lima (PT)

Pacto tributário e descentralização administrativa

O município é o lugar em que vivem as pessoas e onde tudo acontece, pois é ali que o cidadão necessita de habitação para sua família, colégio para os filhos, exames clínicos e remédios. Por questões como essas é que, hoje, as administrações municipais enfrentam desafios que põem à prova a capacidade de seus gestores.

Tenho incentivado o debate sobre a criação de um novo pacto federativo, capaz de redistribuir os recursos gerados pela arrecadação de impostos entre municípios, estados e a União. Minhas convicções foram reforçadas há poucos dias, quando participei do Congresso Estadual de Gestão Pública Municipal, organizado pela Fecam (Federação Catarinense de Municípios), na capital.

Está cada vez mais evidente o avanço da centralização tributária, a partir da promulgação da Constituição em 1988. Desde então, por meio de sucessivas emendas, criação ou ampliação de tributos, a União passou a centralizar 65% da arrecadação, aos governos estaduais tocou pouco mais de 22% do bolo tributário, ficando a estreita fatia de aproximadamente 12% para os municípios.

Apesar deste modelo, as questões da saúde, educação, habitação e saneamento, para ci-

tar alguns exemplos, têm cada vez maior peso nos magros orçamentos da maioria dos municípios. O desafio da equação de gerenciar recursos escassos e necessidades ampliadas, portanto, é cada vez maior.

Resta como saída a defesa de um novo pacto federativo, como também propugna o governador Luiz Henrique, que tratou de dar o bom exemplo, promovendo em Santa Catarina ampla reforma de conceitos de gestão pública, cuja ênfase é a descentralização administrativa, que visa aproximar cada vez mais a tomada de decisões da população.

Se a reforma tributária cabe ao Congresso, ao menos no âmbito estadual a nova forma de governar visa minimizar a distância entre o poder e o cidadão, entre a chave do cofre e a necessidade do gasto para resolver seus problemas imediatos. Em nosso Estado, as prioridades já são decididas pelos representantes dos municípios, por meio dos conselhos de desenvolvimento onde têm assentos prefeitos, vereadores e lideranças locais.

Ao menos parcialmente, o município e seus cidadãos podem influir, de forma efetiva, no direcionamento dos gastos públicos, com a boa destinação do que a própria população arrecada por meio de impostos e taxas.

Deputado Herneus de Nadal (PMDB)

Música pela paz na Rádio Alesc

Com uma diversificada grade de programas ao vivo, que trabalha com elementos políticos, a Rádio Alesc Digital destaca nesta semana o programa Música pela Paz Mundial, apresentado por Ivan Althoff. O programa vai ao ar de segunda a sexta-feira, das 17h às 18h, e está voltado para a divulgação de mensagens positivas, além da música. O MPM também dá dicas sobre a capital

de Santa Catarina e convida os parlamentares a participarem do programa como cidadãos, manifestando suas visões sobre cultura e paz.

A Rádio Alesc Digital também disponibiliza em sua página na Internet, *downloads* destinados às emissoras de rádio do interior, com notícias atualizadas diariamente, em MP3, ou seja, com a mesma qualidade do som de um CD. (DAB)

Agenda

Dia 25, 9 horas - II Audiência pública da Fetiesc (Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Santa Catarina) - Saúde, segurança e qualidade de vida da classe trabalhadora
Local: Plenário

Dia 26, 11 horas - Comissão de Justiça - Audiência pública para discutir o Projeto de Lei nº 292/04, que trata da Política Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos
Local: Plenário

Dia 26, 19 horas - Lançamento do livro *O Relicário das Santas Verdades*, de Eduardo Goedner Capella
Local: Hall da Assembléia Legislativa

Dia 28, 9 horas - Comissão do Mercosul - IV Fórum do Corredor Bioceânico Central, I Seminário sobre Recursos Hídricos no Mercosul (Aqüífero Guarani) e I Encontro de Empresários do Mercosul e convidados
Local: Plenário e Hall

Dia 29, 9 horas - Comissão do Mercosul - IV Fórum do Corredor Bioceânico Central, I Seminário sobre Recursos Hídricos no Mercosul (Aqüífero Guarani) e I Encontro de Empresários do Mercosul e convidados
Local: Plenário e Hall

O Leitor
oleitor@alesc.sc.gov.br

Pergunte ao deputado
pergunteaodeputado@alesc.sc.gov.br

JORNAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Mesa

Presidente: Julio Garcia (PFL)
1º Vice-Presidente: Herneus de Nadal (PMDB)
2º Vice-Presidente: Djalma Berger (PSDB)
1º Secretário: Lício Mauro da Silveira (PP)
2º Secretário: Pedro Baldissera (PT)
3º Secretário: Valmir Comin (PP)
4º Secretário: José Paulo Serafim (PT)

Conselho Editorial: Cármen Leite Rovira, Cleia Maria Braganholo, Maria Ivonete Lessa, Mirela Maria Vieira e Rubens Vargas

Orgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751
Fax: 223-7021
alnoticias@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa

Diretora: Maria Ivonete Lessa
Edição: Cleia Maria Braganholo e Mirela Maria Vieira
Coordenadora: Cármen Leite Rovira
Chefe de Redação: Rubens Vargas
Redatores: Carlos Agne, Denise Arruda Bortolon, Graziela May Pereira, Magda Audrey Pamplona, Marise Ortiga Rosa, Mirela Maria Vieira, Rose Mary Paz Padilha, Rubens Vargas, Scheila Dzedzic, Tatiana Kinoshita e Tatiani Magalhães

Assessores de gabinete: Acácio Martins, Adilson Costa, Alex Santori, Ana Maria Baggio, Ana Zandavalli, Andréa Leonora, Celso Rodriguez, Celso Rosa, Cristiane Mohr, Dayana Rampinelli, Davi Etevlino, Emanuelle Torres, Estevo Dereck, Felipe Nunes, Fernando Matos, Iran Rosa Moraes, Ivan Pimentel, J Pacheco, Jandy Cortes Real, Júlio Cancellier, Kélen Bardini, Leonardo Lorenzetti, Luciana Pons, Linete Martins, Lisa Mara Tontini, Lisandrea Costa, Luiz Carlos Padilha, Luiz Hercílio Stefanos, Marcos Antônio Oliveira, Marianne C. Tillmann, Mário A. Henrique, Milton Alves, Moisés Madeira, Nara Cordeiro, Nikolas Stefanovich, Pedro Schmitt, Priscilla da Silva Souza, Roger Alexandre, Rosa Marinho, Sergio Sachet, Ula Weiss, Valmir Matos, Vinicius Hamagushi, e Vitor Santos

Relações Institucionais: Jamile Machado, Luciano de C. Oliveira, Maria do Carmo Kravchychyn e Stela Martins

Revisão: Verlaine Silveira

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Giancarlo Bortoluzzi, Jonas Lemos Campos e Solon Soares

Pesquisa e Elaboração: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas e Karina Azevedo das Neves

Expedição: Edna Schumacker, Mônica Meyer, Simone Marçal Alves e Soraia Marçal Boabaid

Estagiários Programa Antonieta de Barros: Roberta dos Santos Martins, Rodrigo César de Araújo e Suelen Regina Hilário

Impressão: Diário Catarinense

Garcia pede ampliação da rede de gás

O Poder Legislativo encaminhou ao governador do Estado, indicação do presidente da Casa, deputado Julio Garcia (PFL), solicitando que seja viabilizada a instalação da rede de gás natural em toda a região do Extremo-sul catarinense.

“A Amesc (Associação dos Municípios do Extremo-sul Catarinense) é composta por 15 cidades, num total de 200 mil habitantes. Possui inúmeras empresas industriais de grande porte e propriedades agrícolas, tem enorme potencial turístico em desenvolvimento acelerado e precisa da ampliação da matriz energética para concretizar este imenso potencial”, sintetiza o parlamentar. A indicação remetida ao governo é uma das ações que se desencadearam a partir de março, quando o presidente da Assembleia conclamou as lideranças empresariais, políticas, sociais e educacionais do sul do Estado, a formar um amplo fórum



Parlamentar aposta na união

para garantir o atendimento de pleitos necessários ao seu desenvolvimento. “Juntamente com os outros sete parlamentares que representam o sul catarinense, temos hoje uma força política ímpar para garantir que sejamos atendidos, levando-se em conta que o vice-governador, Eduardo Pinho Moreira, e o secretário de Segurança, Ronaldo Benedet, são da região”, argumenta Julio Garcia. Também são dessa região os deputados

Valmir Comin (PP), Clésio Salvaro (PFL), Joares Ponticelli (PP), Altair Gudi (sem partido), Manoel Mota (PMDB), Genésio Goulart (PMDB), José Paulo Serafim (PT).

Prioridades – Nos primeiros encontros para a formação desse fórum de desenvolvimento, envolvendo as associações dos municípios do sul, Câmara de Diretores Lojistas, associações comerciais e industriais e sindicatos, algumas reivindicações foram colocadas no topo da lista de necessidades. Entre elas, levar o gás natural para o Vale do Araranguá. “O gás foi levado ao sul do Estado, mas não aos municípios abrangidos pela Amesc, mas em particular, Maracajá, Araranguá e Sombrio”, assinalam os presidentes da Aciva, Giovanni Elias, do Sincovale, Edward Goulart de Almeida, e da CDL de Araranguá, Tadeu Valentim Zilli, em documento oficializando o pleito a Garcia. (MMV)

mentares que a sua maior dificuldade em Santa Catarina foi lembrar que não estava na Itália. “Na região sul, muitos municípios são colonizados por italianos, como Nova Veneza e Urussanga”, concordou Garcia. Rogério Mendonça - Peninha (PMDB), presidente do Fórum, aproveitou a oportunidade para mais uma vez pedir a instalação de um consulado no Estado, pleito endossado pelo líder do PP, deputado Joares Ponticelli. (DAB)

Visita diplomática

(foto Jonas Lemos Campos)



Comitiva italiana foi recebida no gabinete da Presidência

Em visita ao território catarinense pela segunda vez, em menos de quatro meses à frente da embaixada, o embaixador da Itália no Brasil, Michele Valensise, e comitiva, estiveram na Assembleia Legislativa, onde foi recepcionado pelo presidente da Casa, deputado Julio Garcia (PFL) e parlamentares integrantes do Fórum Parlamentar Permanente Ítalo-brasileiro, na tarde de terça-feira (19).

Valensise contou aos parla-

mentares que a sua maior dificuldade em Santa Catarina foi lembrar que não estava na Itália. “Na região sul, muitos municípios são colonizados por italianos, como Nova Veneza e Urussanga”, concordou Garcia.

Rogério Mendonça - Peninha (PMDB), presidente do Fórum, aproveitou a oportunidade para mais uma vez pedir a instalação de um consulado no Estado, pleito endossado pelo líder do PP, deputado Joares Ponticelli. (DAB)

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)



Livro ensina como escolher combustível

Presidente do CSQC (Comitê Sul-brasileiro de Qualidade dos Combustíveis), Paulo Fernando de Azambuja Boamar, lançou o livro *Combustíveis Automotivos - Manual dos Usuários e Revendedores* na segunda-feira (18), no hall da Assembleia Legislativa. A publicação contém informações básicas sobre produção, distribuição e revenda de derivados de petróleo no país. “Não é apenas para especialistas no assunto, mas para todos os proprietários de veículos também”, explica Boamar.



Paulo Boamar conhece bem o setor

A obra ainda instrui os consumidores como se comportarem em situações, por exemplo, em que suspeitam ter comprado combustível adulterado. Ele esclarece o papel das secretarias estaduais da Fazenda, da ANP (Agência Nacional do Petróleo), do Ministério de Minas e Energia, do Ministério Público, Procon e das entidades não-governamentais que atuam na defesa do consumidor e na promoção da ética no mercado dos

combustíveis. O autor também investiga fraudes e outros crimes do setor.

Lei – A Lei Estadual nº 13.325/2005, de autoria do deputado Onofre Agostini (PFL), que dispõe sobre a comercialização de produtos combustíveis aos consumidores, pode ser encontrada na íntegra na obra de Boamar. Ela obriga os postos revendedores a exibirem de maneira correta e clara o nome da empresa fornecedora dos combustíveis, bem como os telefones do Procon, secretaria estadual da Fazenda e Comitê Sul-brasileiro de Qualidade dos Combustíveis. (MAP)

Aniversário

A deputada Ana Paula Lima (PT), recebeu cumprimentos de seus pares pelo aniversário, na terça-feira, 19, em Plenário. A primeira a cumprimentá-la pela data foi a deputada Odete de Jesus (PL).

Programa visa formar agentes políticos

A Escola do Legislativo, presidida pela deputada Celestino Secco (PP), estará realizando nos dias 5 e 6 de maio de 2005, no auditório do Tribunal de Justiça de SC, em Florianópolis o “I Programa Nacional de Formação de Agentes Políticos”. O evento é uma promoção da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, por intermédio da Escola do Legislativo e do Programa Interlegis, do Senado Federal. O apoio é da ABEL (Associação Brasileira das Escolas do Legislativo), do

ILB (Instituto Legislativo Brasileiro), Senado Federal e da Unilegis (Universidade do Legislativo).

Para as palestras, a Escola do Legislativo convidou personalidades do Brasil com expressiva experiência no assunto. Nos dois dias do seminário serão discutidos os temas: Orçamento Público; Ética e

Política; Experiências e Projetos Desenvolvidos por Câmaras Municipais; Lei de Responsabilidade Fiscal; Teoria do Estado, Processo Legislativo e Competências Constitucionais e o Papel do Vereador, Democracia Representativa e Participativa.

INSCRIÇÕES GRATUITAS!

Informações na Escola do Legislativo
Telefone (048) 221-2828 ou 221-2952 ou fax (048) 221-2916
Pela internet: www.alesc.sc.gov.br
ESPERAMOS A SUA PARTICIPAÇÃO!

Banicultores propõem nova portaria

(foto Edson Junckes)

Os banicultores catarinenses, em audiência pública na manhã de sexta-feira (15), concretizaram o texto para a nova portaria que regulamenta a comercialização e transporte da banana, especialmente em locais afetados pela doença sigatoka negra. “Nossa proposta é de livre trânsito do produto e das mudas, o que não está previsto na norma atual e não existe uma justificativa técnica que proíba a comercialização entre as áreas infectadas”, explicou o presidente da Federação Nacional das Associações dos Banicultores, Jaime Mittilmann.

Realizado nas dependências da Câmara de Vereadores de Jaraguá do Sul, o evento foi coordenado pelo vice-presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural, Dionei Walter da Silva (PT) e contou com a presença da senadora Ideli Salvati (PT), do deputado federal Carlito Merss (PT), do superintendente substituto do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário em Santa Catarina), Francisco Powell Van De Castele, de técnicos do MDA de Brasília e de agricultores.

Francisco De Castele, não garantiu o acatamento total da proposta. “Os encaminhamentos dessa reunião serão levados para Brasília e lá nossos técnicos irão elaborar a redação”, explicou. Na abertura do encontro, o deputado Dionei vinculou

a presença dos técnicos e representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário à possibilidade de acatamento da redação sugerida pelos agricultores. “O problema está erradicado, mas o produtor catarinense ainda sofre retaliações para a comercialização, devido à portaria do MDA que impõe regras fitossanitárias, inclusive para a exportação”, lembrou Dionei. Além de equacionar a questão da sigatoka negra, conforme explicações da senadora Ideli Salvati, o evento também serviu para que os produtores entendam que o Brasil está liderando na OMC (Organização Mundial do Comércio) a luta para diminuir ou acabar com as tarifas para a importação da banana por outros países. “Nós já ganhamos na OMC a questão do algodão, contra os Estados Unidos, e agora estamos numa grande briga com a questão da soja e da banana. No que diz respeito à banana, o Brasil é o quinto país maior exportador para a União Europeia e, entre os estados, Santa Catarina é o primeiro”, explicou.

Desde o registro da doença no Estado, os produtores de banana enfrentam dificuldades para comercializar o produto, pois antes da sigatoka vendiam a R\$ 6 e posteriormente caiu para valores inferiores ao preço de produção, que oscila entre R\$ 1,25 e R\$ 3. “A Instrução Normativa 41/2002 prejudi-



Produtores querem trânsito livre do produto e das mudas nas áreas em que a doença está erradicada

cou mais de 5 mil famílias que vivem dessa cultura e ficaram prestes a abandonar as atividades. Isso criaria mais um problema social no país”, observou Mittilmann.

Fitossanitária – De Castele disse que o problema da sigatoka negra trouxe à tona questões fitossanitárias cobradas por importadores. “Existem outros dois problemas que passarão a ser cobrados agora: o inseto ‘opogona’ e o fungo ‘verticillium’. As exigências fitossanitárias estão inflamando o comércio internacional e os produtores devem se preocupar com isso”, explicou. (CA)

A proposta

- Mantém a caracterização de área livre da sigatoka negra
- Cria sistema de mitigação de área de risco
- Proíbe a saída de helicópteros de propriedades onde foi detectada a sigatoka negra
- Libera o trânsito de mudas micropropagadas entre as unidades da federação
- Determina o prazo de 180 dias para os estados indenidos (local onde não possui produção) caracterizando suas áreas livres
- Libera o trânsito de material de *Musa ssp* entre órgão de pesquisa
- Proíbe o trânsito de bananas em cachos em todo o território nacional.

Servidores querem gerir Fundo

(foto Alberto Neves)

Sem a presença de representantes do governo estadual, em audiência pública realizada na manhã de terça-feira (19), representantes dos servidores públicos reivindicaram maior participação no conselho que irá gerir os recursos destinados ao Plano de Saúde, criado pela Lei nº 13.334, apreciada e aprovada durante convocação extraordinária no começo deste ano. O encontro foi solicitado pela deputada Ana Paula Lima (PT), promovido pela Comissão de Saúde que é presidida pelo deputado Antônio Aguiar (PFL) e contou também com a presença dos deputados Dionei Walter da Silva (PT), Francisco Küster (PSDB), Odete de Jesus (PL) e Afrânio Boppré (PT), além de sindicalistas e servidores.

Os parlamentares lamentaram a ausência do secretário da Administração, Marcos Vieira, ou de algum representante do governo para esclarecer a Lei nº 13.334/05, e ouviram as

reivindicações e críticas da categoria sobre a instituição do Plano. O presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais, Mário Antônio da Silva, indignado com a ausência, afirmou que o governo quer implantar um Plano de Saúde sem suporte financeiro e questionou a forma como a administração estadual quer conduzir a direção do fundo que será criado simultaneamente.

“De acordo com o projeto, a presidência do Fundo será do secretário Marcos Vieira. Ele pretende nomear sete pessoas de sua secretaria e apenas dois representantes dos servidores públicos. Isso deixa claro que a categoria não vai po-



Funcionalismo exige maior representatividade na gestão dos recursos do Plano

der interferir nas decisões. Serão oito raposas cuidando do nosso galinheiro. Não vamos admitir isso. Queremos discutir um conselho de forma paritária, pois da forma como querem nunca vamos ter acesso à contabilidade. Praticamente estaremos fora do processo. Não dá para entender isso, pois se o fundo vai ser criado com recursos oriundos de nosso pa-

gamento, nada mais justo que nós o administremos”, observou Silva.

Alessandro Pickcius, do Sinjusc (Sindicato dos Funcionários do Tribunal de Justiça) associou-se a seu antecessor e com o colega Volnei Resalem, e sentenciou que a intenção do governo é criar o Fundo e descontar 4,5% dos servidores, “sem debater com a categoria”.

Sem respaldo

“Eles querem nos meter goela abaixo. O governo está mostrando que não tem responsabilidade com o servidor. Nos deram uma reposição de 1% e mais um abono de R\$ 100 e agora querem instituir o Plano de Saúde mesmo sem nosso respaldo”, criticou o presidente do Sindalesc (Sindicato dos Servidores da Assembléia Legislativa), Romário da Silva.

Os deputados Odete de Jesus, Antônio Aguiar, Dionei Walter da Silva e Francisco Küster lamentaram mais uma vez que o Executivo não tenha enviado representantes, pois só puderam ouvir as queixas dos servidores. “Estamos aqui perdendo tempo. Viemos para ouvir as duas partes e um dos interessados na questão não compareceu. Mas não vou engolir esse aumento de 4,5%”, avisou a deputada Odete. Além de fazer coro com seus pares, Boppré alertou que a intenção da atual administração é esvaziar os debates.

“Vamos encaminhar também a ata dessa audiência ao TCE (Tribunal de Contas do Estado) e ao Ministério Público Federal”, avisou Dionei. (CA)

Demissões na Cidasc geram audiência

A demissão de três funcionários da Regional de Tubarão da Cidasc (Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina) motivou a realização de audiência pública, na tarde do dia 18, pela Comissão do Trabalho, Administração e Serviço Público, presidida pelo deputado Afrânio Boppré (PT). O Fórum dos Servidores Públicos Unificados de Santa Catarina alega que os atos foram uma retaliação às denúncias que o Sindaspi (Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Assessoramento, Perícia, Pesquisa e Informações de Santa Catarina) fez sobre possíveis irregularidades administrativas na empresa. Os três funcionários demitidos eram filiados ao Sindaspi, e um deles exercia função de coordenação.

No dia 27 de outubro de 2004, o Sindicato protocolou junto à Promotoria de Justiça da Moralidade Administrativa, em Tubarão, denúncias de adulteração de boletins mensais de frequência e ficha de ponto com pagamento de horas extras indevidas a um grupo de funcionários da Cidasc e utilização, por parte do funcionário, do período matutino para cursar Direito em uma universidade, inclusive com o uso de veículo da Companhia. "Muda gerente, muda partido e as práticas continuam as mesmas", disse Nauro José Velho, coordenador estadual do Sindaspi. Em 2000 também houve demissões similares, contestadas e revertidas na Justiça, afirmou.

Empresa contesta estabilidade

O fato de um dos demitidos exercer a função de coordenador sindical da regional de Tubarão esteve também no centro dos embates. Arno Gomes disse que a função não dá direito a estabilidade no emprego, como prevê a Constituição Federal aos dirigentes sindicais. "Tem direito à estabilidade a diretoria executiva do sindicato. Essa estrutura de coordenações regionais que o sindicato utiliza é uma regulamentação do próprio Sindaspi", argumentou. "Se todos os funcionários da Cidasc filiados a sindicatos tivessem essa estabilidade, a empresa teria praticamente 30% de sua força de trabalho comprometidos", completou. Ele informou que a Companhia tem 60 funcionários filiados

ao Sindaspi, 82 sendo do Sindicato dos Agrônomos e 87 ao Sindicato dos Veterinários.

Segundo o advogado do Fórum dos Servidores Públicos, Cristiam Jesus da Silva, a diretoria não está colaborando com as investigações da Promotoria de Justiça da Curadoria da Moralidade Administrativa e nem se pronunciou sobre a denúncia. "O caso está sendo discutido há seis meses e ninguém da empresa se manifesta. O correto seria a própria Cidasc iniciar uma investigação interna, paralela à da Promotoria. A omissão perante os fatos pode configurar ato de improbidade administrativa", alertou. "A empresa deveria revogar essas de-

missões e afastar o gerente regional da Cidasc de Tubarão, que em nada está colaborando com a investigação", completou.

O representante do Sindicato dos Trabalhadores dos Servidores Públicos, Mário Antônio da Silva, argumentou que há "perseguição política e demissões sem justa causa" que "não podem ser aceitos como atos corriqueiros", devendo ser averiguadas pela Assembleia Legislativa. Para o coordenador do Tribunal Popular de Assédio Moral e Sexual, Luiz Alves Pequeno, esse tipo de atitude fere os direitos dos trabalhadores. "Agora instalou-se o medo de se manifestar. Isso não se configura como uma perseguição política?", questionou.

ATÉ QUANDO VAMOS TOLERAR, ESTAS INGERÊNCIAS ADMINISTRATIVAS?

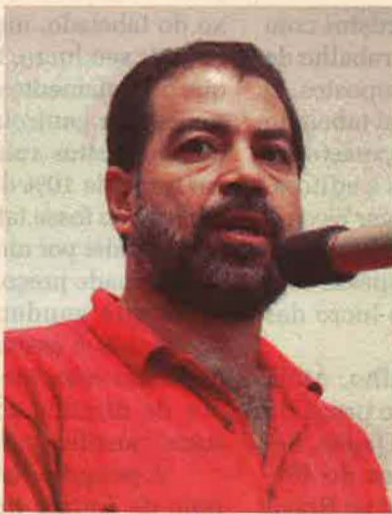
Fórum dos Servidores Estaduais Unificados

(fotos Eduardo Guedes de Oliveira)



Boppré (ao centro) disse que Cidasc não respeitou a autonomia sindical

O advogado da Cidasc, Arno Gomes, representando o presidente da Companhia, disse que as demissões dos funcionários resultaram de desinteresse da empresa pelo trabalho dos demitidos. "Não houve justa causa para a demissão, por isso a Cidasc está pagando todos os direitos corretamente", garantiu. Ele alegou que a Cidasc é uma empresa de economia mista (em que o Estado tem capital e voto) e pode agir como uma empresa privada, demitindo o funcionário quando considerar necessário. Nauro Velho contestou Gomes, assinando que os funcionários de uma empresa de economia mis-



Nauro Velho, do Sindaspi

ta são contratados através de concurso público e não poderiam ser demitidos.

Chances de reverter o ato são pequenas

O deputado Afrânio Boppré (PT), que conduziu a audiência pública, aproveitou o momento para fazer um pronunciamento na tribuna. Afrânio acredita que, na condição de deputado, perante os termos legais, "nos compete fiscalizar o que o Executivo estadual vem fazendo". Na Alesc, ressaltou o parlamentar, existe um grande espaço para realizar discursos no sentido de legalização, dando condições para que as partes que divergem encontrem soluções para os problemas.

O deputado lamentou que, nesta audiência pública, os secretários não tenham

comparecido. "Esse problema enfrentado pela Cidasc pode ser considerado um fato político, e por isso sinto a obrigação de dizer que a sociedade precisa despertar culturalmente e assim despertar para conhecer melhor a autonomia sindical", salientou.

Respondendo a algumas indagações Cristiam disse que ainda há possibilidade de negociações para que ninguém seja prejudicado, entretanto, a questão das demissões não será resolvida na Justiça do Trabalho. "Se isso ocorrer a decisão vai se arrastar por vários anos, mas pode se resolver fora desse âmbito".

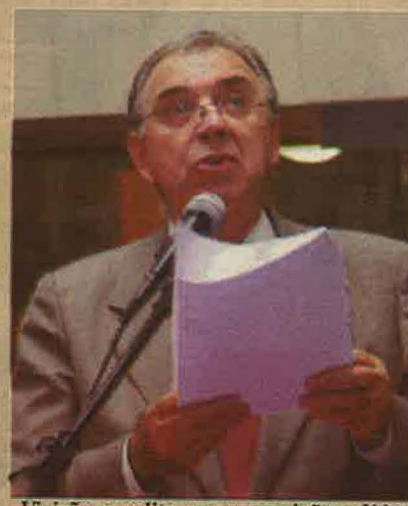
Esclarecimento

De acordo com o advogado Arno Gomes, a reunião serviu para discutir de uma forma amistosa sobre este tema e ainda esclareceu que a Alesc autorizou o governador a transformar a Cidasc em empresa de economia pública, quando aprovou a Reforma Administrativa. "Agora o governo está aprovando um estatuto para definir a vida das empresas públicas estaduais", confirmou. "A possibilidade de negociação sempre existe, mas eu não tenho poderes para tanto, vou levar as questões ao presidente. Porém, o retorno dos funcionários não seria bom juridicamente. Eles já assinaram a rescisão contratual, portanto, o ato já foi consumado".

Último a discursar, o deputado Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP), vice-presidente da Comissão, afirmou que a Cidasc, que era empresa mista, e agora por causa da reforma administrativa realizada pelo governo estadual, é uma empresa pública e ainda tem seus funcionários regidos pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). O parlamentar ainda disse que sentiu a falta dos

dirigentes da instituição na audiência. "Fica muito difícil discutir o assunto se os dirigentes não aparecem. Temos que questioná-los porque a falta de interesse pelos funcionários. Porque é isso que me parece."

O deputado também solicitou à presidência da Comissão que fosse encaminhado um documento à direção da Cidasc para que seja esclarecido o motivo das demissões. "Em toda a minha carreira no serviço público eu nunca vi uma demissão de um servidor público sem justa causa que não fosse por perseguição política. Então, vamos esclarecer esses motivos", finalizou. (DAB/GMP/TM/TK)



Vieirão acredita em perseguição política

23 de abril: Dia Mundial

Magda Audrey Pamplona

O dia 23 de abril foi instituído pela Unesco, em 1955, como o Dia Mundial do Livro e dos Direitos Autorais. A idéia para esta comemoração originou-se na região espanhola da Catalunha, onde, no Dia de São Jorge, 23 de abril, tradicionalmente uma rosa é entregue de presente junto com cada livro vendido. A data também é marcada de simbolismo para a literatura mundial, porque foi neste dia que morreram os escritores Miguel de Cervantes e William Shakespeare, ambos em 1616. Mas será que o brasileiro tem motivos para festejar o dia?

Dizer que brasileiro lê pouco não é mais apenas lugar-comum. Até as pesquisas confirmam o fato. *Retrato da Leitura no Brasil*, promovida pela CBL (Câmara Brasileira do Livro), entrevistou brasileiros com mais de 14 anos e alfabetizados; população esta que, no país, totaliza cerca de 86 milhões de pessoas. A pesquisa, realizada em 2001, mostrou que 62% dos entrevistados gostam de ler. Porém, 30% deles tinham lido apenas uma obra nos últimos três meses que antecederam a pesquisa e 20% leram somente um livro no ano anterior.

A justificativa para a falta de leitura é quase sempre a mesma: deficiência na formação escolar, ausência de livrarias e bibliotecas na maioria das cidades brasileiras, falta de cultura das famílias, que acabam não estimulando o surgimento de um novo leitor, etc. Todas essas respostas também foram dadas ao jornalista Fabiano Ávila, por diversos editores entrevistados por ele, durante a realização do seu TCC (Trabalho de Conclusão de Curso).



Brüggemann: custos de distribuição têm grande peso

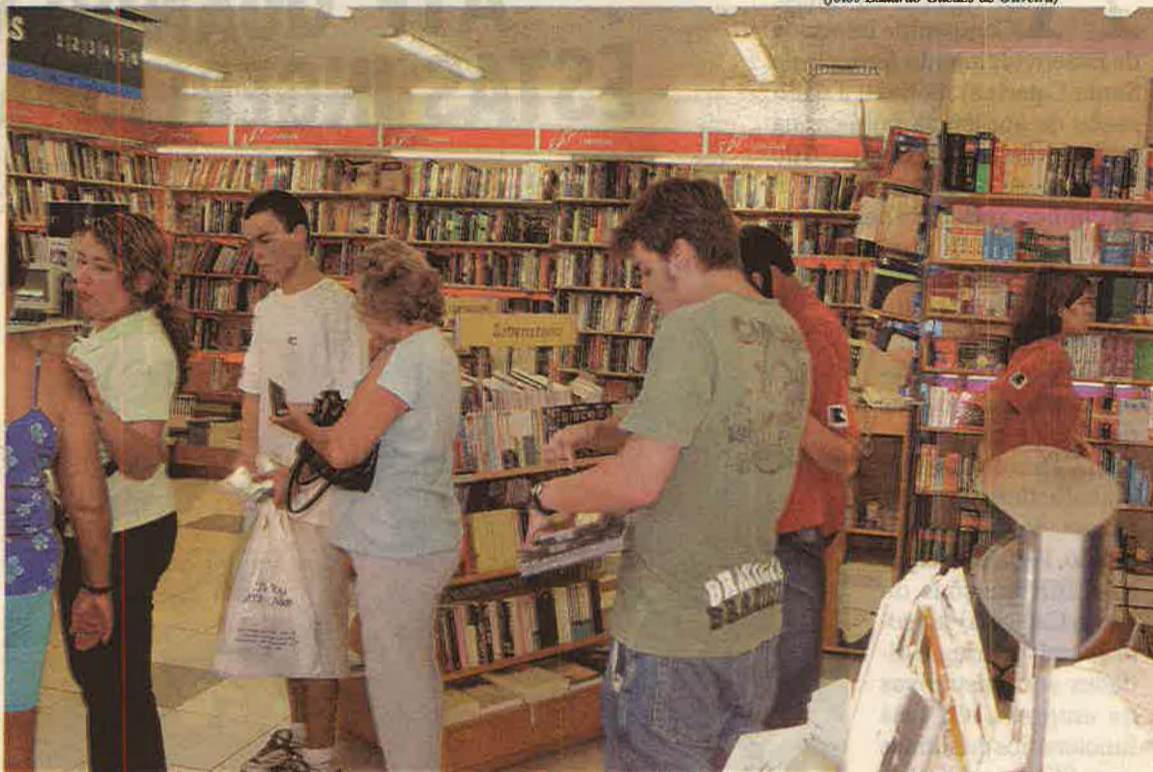
O trabalho, intitulado *O Negócio do Livro em Santa Catarina – Panorama e desafios das editoras catarinenses*, foi apresentado em dezembro do ano passado na Universidade Federal de Santa Catarina. Nele, o autor investiga, porém, outro fator: o preço do livro. “Eu tentei fugir do senso comum acusando somente a falta de investimentos na educação ou a influência maligna da televisão para explicar a falta de leitura. Eu queria responder também por que o livro é caro. E aí fui de setor em setor tentar justificar o preço”, explica Ávila, que em seu TCC enfoca, principalmente, o trabalho das editoras catarinenses.

A produção de um livro, geralmente, envolve custos com pesquisa, direitos autorais, trabalho de edição, serviços gráficos e impostos. O preço de venda do livro já sai tabelado da editora. Mas, em média, apenas 40% do preço de capa ficam para a editora, que com o valor tem que pagar os custos da obra e ainda obter o lucro. Os outros 60% envolvem as despesas com distribuição, incluídos aí o lucro das livrarias.

Abismo - Em seu trabalho, Ávila faz uma comparação entre o preço do livro cobrado no Brasil e no Japão. Segundo ele, citando pesquisa do BNDES, o preço médio do livro no Brasil é de dois dólares, contra sete no Japão. Mas com um valor igual a sua renda per capita, um brasileiro poderia comprar 1.500 exemplares por ano, contra 4 mil de um japonês. “Portanto, o livro no Brasil pode ser considerado caro comparativamente ao mercado internacional, principalmente ao poder aquisitivo médio da população”, conclui.

Em o *Negócio do Livro em Santa Catarina*, os editores catarinenses citaram principalmente dois fatores como os vilões do preço do livro: a impossibilidade de ganhos na escala de produção, devido às tiragens reduzidas, e o alto custo imposto pelo distribuidor.

“Se o editor vendesse o livro direto para o leitor, daria para cobrar a metade do preço”, afirma Fábio Brüggemann, editor e um dos sócios da editora Letras Contemporâneas, de Santa Catarina, em entrevista ao *AL Notícias*. Segundo ele, a livraria pode vender o livro com o preço abai-



Preços das publicações tornam acesso à cultura ainda mais difícil para os brasileiros

xo do tabelado, mas para isso tem que reduzir seu lucro. Brüggemann explica que o tabelamento é uma forma de o autor da obra controlar o quanto vai receber de direitos autorais, cujo valor gira em torno de 10% do preço de capa. “Se o livro não fosse tabelado, a livraria poderia vender por um determinado preço, dizer que vendeu por menos e assim pagar um valor menor de direitos ao autor”, justifica.

A pesquisa *Retrato da Leitura no Brasil*, da CBL, também abordou a questão do preço do livro. De acordo com o estudo, 11% das pessoas não lêem por não terem dinheiro para comprar os livros. O fato de apenas 8% das obras lidas terem sido retiradas em bibliotecas públicas e o de que metade da população comprou os livros que leu, pode parecer estranho diante da afirmação de que o livro é caro. Porém, a pesquisa mostrou que somente 16% da população concentram em casa 73% dos livros. A maioria dos compradores está nas regiões Sudeste e Sul (58%). A surpresa é que as classes B e C concentram 70% dos apreciadores de livros.

Percentuais - Os livreiros se defendem dizendo que ficam com cerca de 40% ou 45% do valor total da obra, mas que essa porcentagem não é apenas de lucro. “É com essa parte também que pagamos os salários de funcionários, os impostos, mantemos o espaço. O custo

de manutenção de uma livraria é muito grande”, justifica Juarez Vidal, supervisor de varejo da rede de livrarias Catarinense que atua no Estado.

Vidal conta que, em 2004, foram vendidos, em média, 125 mil livros por mês, nas 13 lojas da rede espalhadas por toda a

Região Sul. Segundo ele, houve um crescimento de 15% nas vendas, comparadas ao ano de 2003. “A previsão de crescimento para este ano é de 10 a 15%”, diz. As melhores épocas para os livreiros são os meses de dezembro, fevereiro e março. “Dezembro, por causa do Natal e os outros dois meses por causa do início das aulas, quando o livro didático é o mais vendido”, explica.

A rede também investe em algumas inovações para ampliar o número de clientes. Há cerca de três anos os livros

passaram a ser vendidos também pela Internet. “As vendas na Internet cresceram cerca de 50% de 2003 para 2004. Elas representam entre 3 e 5% do faturamento da empresa”, diz Juarez Vidal. Desse total de vendas *on-line*, 60% vêm da comercialização de livros, já que também são vendidos CDs, DVDs e produtos para informática.

Para Vidal, o fato de a livraria oferecer ao cliente outros tipos de produtos, bem como dispor de espaço para café ou exposições culturais, por exemplo, contribui para atrair mais leitores. “Às vezes a pessoa vem aqui só tomar um café, mas acaba folheando algum livro. Talvez ela não compre na hora, mas ela pode se interessar pelo livro e comprar depois.”



Juarez Vidal: livrarias com diferencial

CIAL

do Livro



Além dos preços, brasileiros ressentem-se da falta do hábito da leitura



Com preços acessíveis e boa variedade, os sebos são boa alternativa, segundo Vivian e Walter Lemos Filho

A prática do xerox

Fazer cópias de capítulos de livros ou até obras inteiras é uma prática bastante comum. Mas o ato é considerado ilegal, pois viola a Lei do Direito Autoral (9.610/98), que proíbe a cópia integral e mesmo parcial de livros, sem autorização prévia e expressa do autor. A pena prevista para quem viola os direitos do autor é de detenção de três meses a um ano ou multa. Para quem reproduz total ou parcialmente, com intuito de obter lucro direta ou indiretamente, a pena varia entre dois e quatro anos de reclusão, acrescidos de multa. As punições estão previstas no Artigo 184 do Código Penal e não são aplicáveis, apenas, quando se tratar de cópia em um só exemplar, para uso privado do copista, sem objetivar lucro direto ou indireto.

Porém, mesmo proibida, a prática acaba sendo uma saída para vários estudantes, principalmente universitários, que muitas vezes não dispõem do dinheiro para comprar todas as obras indicadas pelos professores. Na UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), facilmente encontram-se pessoas fazendo cópias todos os dias, nos diversos pontos de xerox espalhados pelo campus.

Acesso - A estudante da primeira fase do curso de Enfermagem da UFSC, Quêzia do Vale Menezes, disse que prefere comprar o livro quando sabe que vai utilizá-lo durante todo o curso, como um atlas anatômico ou um livro de Fisiologia, por exemplo. "Mas quando sei que vou usá-lo apenas em um semestre eu prefiro xerocar", diz. Ela conta que chegou a pagar R\$ 40 pela cópia e uma publicação que a livraria custava R\$



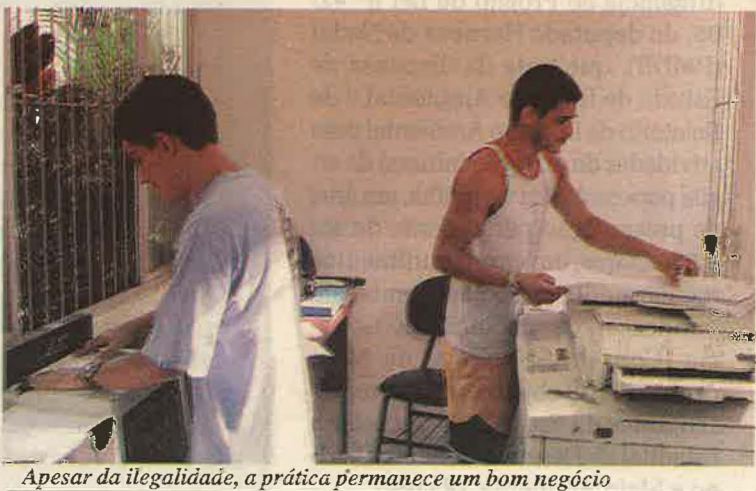
Fotocopiar obras didáticas, principalmente, continua comum

198. Já Liana Ventura, estudante da oitava fase de Enfermagem, diz que raramente copia um livro, porque muitas vezes o xerox deixa as ilustrações sem qualidade. Mesmo assim, ela diz que comprou apenas cinco obras didáticas durante toda a faculdade. "Se o livro é muito caro, eu prefiro pegar na biblioteca."

Neimar Sartori, da oitava fase de Odontologia, também prefere recorrer à biblioteca. "Acabo xerocan-

do quando eu preciso apenas de alguns capítulos do livro", diz Sartori. Thaíse Mafra, da segunda fase de Odontologia, diz que os livros disponíveis na biblioteca da Universidade muitas vezes não são suficientes para atender a todos da turma. Por causa disso ela acaba recorrendo ao xerox, pois não teria condições de comprar todos os livros.

O editor Fábio Brüggemann é contra a cópia de livros. "Porque é crime, é piratear. A cada livro que você xeroca, você impede que o mercado cresça", justifica. Segundo ele, criou-se a cultura do xerox. "Tanto, que às vezes os estudantes xerocam livros que custam R\$ 15. Um livro pequeno de R\$ 15 custa o mesmo que cinco cervejas. Só que o livro o estudante vai ter o resto da vida, é um investimento."



Apesar da ilegalidade, a prática permanece um bom negócio

Alternativa mais barata

Uma opção mais barata para quem não pode pagar por um livro novo são os sebos. Esses estabelecimentos vendem livros usados e alguns oferecem ao cliente também discos de vinil e CDs. O preço de um livro de sebo depende de vários fatores, entre eles, a raridade do livro, os anos que ele tem e seu estado de conservação. Claro que um livro que tem 80 anos pode, muitas vezes, custar muito mais caro do que um livro novo, pelo seu valor histórico. Mas esses tipos de livros são apenas alguns dentre vários outros que o sebo oferece.

A administradora Vivian Villares frequenta sebos há dois anos. Ela procura, geralmente, por livros da área em que trabalha, a de neurolinguística, e que não encontra em livrarias. "Os livros são conservados e têm um preço bom", diz.

Walter Lemos Filho, relações pública do sebo Cia do Saber, de Florianópolis, conta que o estabelecimento tem hoje 30 mil livros cadastrados, 15 mil discos de vinil, 3.500 CDs e 1.500 revistas. Os maiores fornecedores de livros clássicos, por exemplo, ele revela que são as viúvas de homens que possuíam biblioteca em casa. Ele também trabalha com livros novos, mas que vende com o preço 40% abaixo do de mercado. "E que pego as sobras de livros das distribuidoras", explica.

Mesmo trabalhando com coisas antigas e usadas, Lemos não deixou de inovar no atendimento ao cliente. O estabelecimento em que trabalha recebe pedidos por e-mail. "As pessoas escrevem a mensagem dizendo o livro que querem, eu consulto o cadastro e vejo se tenho o livro no acervo ou não", explica.

Projeto Cruz e Sousa - Proposta pela deputada Ana Paula Lima (PT), a Lei 12.776, promulgada em dezembro de 2003, autoriza o Poder Executivo a criar o Projeto Cruz e Sousa, para incrementar a leitura e o desenvolvimento cultural na rede escolar do Estado de Santa Catarina. De acordo com a lei, a Secretaria de Estado da Educação e Inovação deverá nomear uma comissão especial para elaborar o projeto. A comissão deverá ser formada por funcionários da própria Secretaria.

A lei foi promulgada por decurso de prazo, ou seja, como o governador não manifestou-se sobre ela, depois de aprovada pelo Legislativo, foi automaticamente promulgada. No entanto, ainda aguarda regulamentação do Executivo.

CCJ aprova projeto sobre custas judiciais

Emenda garante ressarcimento a oficiais de Justiça

A CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), presidida pelo deputado Jorginho Mello (PSDB), deu seu aval, na manhã de terça-feira (19) ao PLC (Projeto de Lei Complementar) nº 6/05, de origem do Tribunal de Justiça, que modifica o prazo para o pagamento das custas judiciais. A proposta prevê a alteração da sistemática de recolhimento das custas, estabelecendo pagamento integral quando do ajuizamento da ação. Hoje elas são pagas, metade no início da ação, e o restante no final.

O TJ justifica a proposta sobre o alto índice de evasão estatisticamente comprovado no recolhimento das custas finais, que deverá ser reduzido com a aprovação da matéria. A adoção da medida em tramitação, já operacionalizada na maioria dos estados, propiciará ainda alocação de recursos para o pagamento da defensoria dativa com a destinação de R\$ 6 milhões este ano e valor idêntico em 2006., conforme o Tribunal.

Esse último item fez com que os oficiais de Justiça se organizassem para que o PLC nº 6/05 tivesse emenda permitindo o ressarcimento dos valores gastos



Reunião foi acompanhada por representantes dos oficiais de Justiça para garantir ressarcimento

nas diligências por eles realizadas para a justiça gratuita. Nesta manhã, atendendo ao requerimento do deputado Paulo Eccel (PT) durante a realização de audiência pública, o presidente da Associação dos Oficiais de Justiça de Santa Catarina, Cezar Rubens Deschamps, reforçou o apelo para que os parlamentares aprovelem a emenda e informou que a proposta já vinha sendo discutida com o Estado há pelo me-

nos dois anos. Apesar de o governo reconhecer, por meio de parecer da Secretaria de Estado da Fazenda, o direito dos oficiais de Justiça em serem ressarcidos, afirma que o dever de pagamento é do Tribunal de Justiça. "Com a adoção desta medida, o TJ nada mais estará fazendo do que devolver aos oficiais os atos recolhidos por nós que executamos as ordens dos juízes", comenta Deschamps. Santa Catarina tem 539 oficiais de Justiça. (SD)

Autorizativa

Em seu parecer, o deputado relator, João Henrique Blasi (PMDB), encaminhou a matéria pela aprovação, justificando o acolhimento de emenda apresentada pelo deputado Onofre Agostini (PFL), pelo seu caráter autorizativo, uma vez que são vedadas aos parlamentares iniciativas que impliquem em aumento de despesas de outros órgãos.

Caso seja aprovada em Plenário, a nova lei permitirá que o TJ use recursos do Fundo de Reaparelhamento da Justiça para o ressarcimento das diligências gratuitas efetuadas por oficiais de Justiça em processos com o benefício da Defensoria Dativa ou assistência judiciária. Para Agostini, a medida representa um ponto de partida para solucionar a questão. O deputado Vanio dos Santos (PT), confirmou seu voto favorável à proposta, mas disse que seu partido deverá discutir o tema da antecipação das custas em Plenário. (SD)

Rocha explica contratação de jurista pelo Estado

O procurador-geral do Estado, Imar Rocha, compareceu na terça-feira (19) à reunião da Comissão de Justiça, presidida pelo deputado Jorginho Mello (PSDB), acompanhado de outros procuradores, para prestar esclarecimentos sobre a contratação pelo Estado de um escritório de advocacia, a um custo de R\$ 50 mil, para elaborar parecer jurídico sobre a Lei nº 13.334. A lei instituiu o Fundo Social, destinado a financiar programas de apoio à inclusão e promoção social. A presença dos procuradores atendeu solicitação dos deputados progressistas Jores Ponticelli e Celestino Secco.

Segundo ambos, a contratação era desnecessária, considerando que o governo do Estado tem uma Procuradoria para tal função. Em suas declarações, o procurador disse que a contratação ocorreu dentro da lei. "Não vejo nenhuma ilegalidade na contratação do jurista Miguel Reale, como não houve na época de Eros Grau", referindo-se à contratação semelhante feita pela administração anterior.

O líder do governo, deputado João Henrique Blasi, disse que a contratação foi regular. "Houve procedimento idêntico no governo passado, que foi considerado regular pelo Tribunal de Contas do Estado. O pagamento ainda



Explicações de Rocha (foto) não bastaram

não foi efetuado porque somente agora foi publicada no *Diário Oficial* a dispensa de licitação", afirmou Blasi.

Para o líder do PP, deputado Ponticelli, não houve esclarecimentos sobre o assunto, mas sim justificativas. "O atual governo busca justificar o contrato, alegando contrato semelhante feito pelo governo passado". Ponticelli informou que encaminhará requerimento ao procurador-geral do Estado solicitando cópia do processo de dispensa de licitação pelo TCE. (RMPP)

Propostas analisadas

A CCJ também apreciou várias matérias na reunião da manhã de terça-feira (19). Entre as matérias aprovadas pelos parlamentares da Comissão está o Projeto de Lei nº 67/05, do deputado Jorginho Mello (PSDB), que inclui na Carteira de Identidade os números do CPF e do Título de Eleitor e no caso dos homens, também do Certificado de Reservista. A inclusão refere-se, se for aprovado o projeto, às carteiras emitidas após a publicação da lei.

Aprovado também o pedido de diligência ao Projeto de Lei nº 42/05, do deputado Herneus de Nadal (PMDB), que trata da dispensa de Estudo de Impacto Ambiental e de Relatório de Impacto Ambiental para atividades de extração mineral de argila para cerâmica vermelha, em área de preservação permanente de até 2,5 hectares, em empreendimentos regularmente licenciados antes da publicação da resolução do Conama (Conselho Nacional de Meio Ambiente). O objetivo é ouvir representantes da Fatma e da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. (RMPP)

Transportes aprecia ampliação de benefício

Projeto de Lei nº 58/03, do deputado Rogério Mendonça - Peninha (PMDB) recebeu parecer do relator, deputado Wilson Vieira - Dentinho, na reunião da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano. O relator apresentou emenda substitutiva global ao projeto, que altera a Lei nº 1.162/93, que determina a gratuidade do transporte intermunicipal de características urbanas às pessoas deficientes. A proposta de Peninha estende o benefício a todas as linhas intermunicipais. O deputado pediu vistas em gabinete ao parecer de Dentinho.

A Comissão também aprovou projeto de lei do Executivo que autoriza a cessão de um galpão localizado na rodovia Admar Gonzaga, em Florianópolis, para a Procuradoria Geral do Estado. O galpão seria utilizado como depósito nos casos de remoção de bens penhorados em execuções fiscais. O PL já foi aprovado nas comissões de Finanças e de Constituição e Justiça. (MAP)

Vetos

Pauta está livre de obstruções

Com o fim da apreciação do pacote de vetos na última terça-feira (19), a pauta de votações do Legislativo fica limpa, liberando o caminho – conforme determinação do Regimento Interno –, para apreciação em Plenário dos projetos que tramitam na Casa.

Dezenas de novas proposições foram protocoladas nas duas últimas

semanas, e, sem a trava imposta pelas mensagens de veto do Executivo, o Legislativo pode dar andamento normal às discussões das futuras leis.

Foram votadas 24 mensagens de veto apostos pelo governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB). Dois foram rejeitados e o restante foi mantido. Confira:

Mantidos

- Veto total ao Projeto de Lei nº 21/04, de autoria da deputada Simone Schramm (PMDB), que instituía o Programa de Prevenção e Controle do Diabetes, pelo diagnóstico precoce, em crianças e adolescentes matriculados na rede pública de ensino de Santa Catarina.

- Veto total ao Projeto de Lei nº 129/04, de autoria do deputado Francisco de Assis (PT), que proibia a cobrança de pedágios ou similares por parte dos órgãos municipais de trânsito aos veículos visitantes.

- Veto total ao Projeto de Lei nº 132/03, de autoria do deputado José Paulo Serafim (PT), que tornava obrigatória a instalação de válvula de segurança de alívio de fluxo nos recipientes destinados à armazenagem de GLP (Gás Liquefeito de Petróleo).

- Veto total ao Projeto de Lei nº 308/04, de autoria do deputado Antônio Ceron (PFL), que proibia a comercialização de pneus usados importados.

- Veto parcial ao Projeto de Lei nº 445/04, de autoria do deputado Djalma Berger (PSDB), que instituía no calendário oficial de Santa Catarina o Dia Estadual do Agente Comunitário de Saúde.

- Veto total ao Projeto de Lei nº 446/04, de autoria do deputado Djalma Berger (PSDB), que autorizava o Executivo a instituir a Semana Estadual do Coração no estado.

- Veto total ao Projeto de Lei nº 454/04, de autoria do deputado Djalma Berger (PSDB), que instituía a Semana de Incentivo à Doação de Órgãos para Transplantes.

- Veto total ao Projeto de Lei nº 495/03, de autoria do deputado Cesar Souza (PFL), que autorizava a concessão de estímulo ao primeiro emprego e ao emprego após os 40 anos de idade.

- Veto parcial ao Projeto de Lei nº 03/05, de procedência governamental, que institui o Fundo Social, destinado a financiar programas de apoio à inclusão e promoção social, na forma do Artigo 204 da Constituição Federal.

- Veto parcial ao Projeto de Lei Complementar nº 01/05, que estabelece modelo de gestão para a administração pública estadual e dispõe sobre a estrutura organizacional do Poder Executivo.

- Veto parcial ao Projeto de Lei Complementar nº 02/05, que altera a Lei Complementar nº 266, de 2004, e a Lei nº 3.138, de 1962.

Derrubados

Gestão do Fundo do Plano de Saúde

O governo vetou os artigos 5 e 7 do projeto de Lei nº 012, já transformado na Lei nº 13.344, de procedência governamental, que cria o Fundo do Plano de Saúde dos Servidores Públicos Estaduais. Ambos foram emendados ao projeto por iniciativa da bancada do PT e terão que voltar ao texto da nova lei. Os dispositivos determinam que a prestação de contas da gestão financeira do Fundo será feita em cada trimestre ao seu Conselho Gestor e em audiência pública na Assembléia Legislativa, e a cada exercício ao Tribunal de Contas do Estado; outro define que a elaboração dos planos de aplicação, programas e atividades que poderão ser executados com os recursos do Fundo serão submetidos ao Conselho Gestor e não mais ao secretário de Administração. A proposta foi discutida pelo Legislativo durante o período extraordinário convocado pelo governo em janeiro e fevereiro deste ano, e integrou o pacote da reforma de Estado discutida.

Estacionamentos isentos

A proposta do deputado Valmir Comin (PP), de número 406, apresentada em 2004, passa a valer depois de sua publicação em *Diário Oficial* e isenta os usuários de shopping centers, supermercados e agências bancárias, do pagamento de taxas de estacionamento durante os primeiros 90 minutos.

O parlamentar defendeu sua proposta e argumentou que é obrigação do Legislativo buscar atender a pleitos que atingem o contribuinte, independente da cidade catarinense onde vivam. O governo argumentou, conforme parecer da Procuradoria Geral do Estado, que a matéria estaria fora da alçada do Parlamento estadual, de acordo com interpretação das determinações constitucionais federal e estadual, e caberia aos municípios legislares sobre o assunto. (MMV)

Projeto estabelece nova forma de indenizar atingidos por barragens

O deputado Romildo Titon (PMDB) protocolou um projeto de lei que propõe ajuda financeira aos municípios atingidos pela construção de usinas hidrelétricas. Essa ajuda seria proveniente do governo do Estado, de recursos advindos de impostos pagos pelas empresas geradoras de energia. "Isso é uma forma de compensar os municípios que tiveram áreas alagadas e a vegetação degradada pela construção das usinas", anunciou ele em Plenário.

De acordo com a Lei Federal nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, essas geradoras de energia devem pagar 6% do valor de sua produção em impostos. "Desse total arrecadado, 45% são encaminhados ao Estado, 45% ao município atingido e os outros 10% à Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica)", explicou Titon. "A proposta é que o Estado compense as ci-

dades atingidas com 70% do valor que recebe", completou.

Segundo Titon, no município de Celso Ramos, no Planalto Serrano, 250 famílias tiveram que trocar de residência por causa da construção de uma usina. O deputado também alegou que há uma perda na arrecadação dos municípios com a transferência dessas famílias. Durante a manifestação de Titon sobre o projeto, na sessão plenária de dia 13, o deputado Antônio Carlos Vieira – Vieirão (PP) disse que já existe um Fundo Estadual de Recursos Hídricos. "O Fundo deveria ser alimentado com esses recursos que o Estado recebe", declarou Vieirão. "Esse projeto pode se cho-



Titon: "Estado deve compensar atingi-

car com o Fundo."

Titon disse desconhecer a existência do Fundo. "Mas, se o nosso projeto não tiver êxito, pelo menos vamos mexer com o assunto, para saber como está o funcionamento desse Fundo", afirmou. (MAP)

Mudam critérios para a Medalha Cruz e Sousa

Cada um dos 40 deputados terá direito a indicar uma pessoa para receber a Medalha de Mérito Cruz e Sousa, depois da mudança aprovada na sessão plenária do dia 19.

O Projeto de Resolução nº 05/05, de autoria da Mesa da Assembléia Legislativa, altera artigo da Resolução nº 06, de 2003, que criou a outorga.

A premiação ocorrerá por indicação dos parlamentares à Mesa, contendo os dados completos das pessoas físicas ou jurídicas a serem homenageadas, com indicação dos serviços prestados à raça negra, através da arte, cultura, desenvolvimento social, educacional e de outros setores. A homenagem é feita em sessão solene, no dia 13 de maio. (RV)

Servidores da Jucesc conquistam gratificação

Foi aprovado na manhã de quarta-feira (20) o Projeto de Lei nº 88/05, de origem governamental, que institui a gratificação de registro mercantil para os servidores da Jucesc (Junta Comercial do Estado de Santa Catarina). O valor total da despesa com a gratificação instituída pela nova lei será fixado em 12% da média aritmética simples da receita arrecadada pela Jucesc no último trimestre de

cada ano. Esta receita é originada da remuneração dos serviços de registro público de empresas mercantis.

O valor fixado será atribuído a cada servidor, proporcionalmente a sua remuneração, grupo, nível e referência do cargo no qual é lotado. A despesa total com pessoal, ativo e inativo, mais encargos, não poderá ultrapassar a 60% da receita orçamentária anual da Jucesc. (SD)

Dia do Índio

Deputados querem cumprimento da Constituição

O documento do Conselho Indigenista Missionário, lido em Plenário pelo deputado Afrânio Boppré (PT), intitulado *Direitos indígenas são violados em Santa Catarina*, lembra que no território catarinense viviam três povos indígenas. O Planalto e a Serra Geral eram habitados pelo povo xokleng; no Oeste vivia o povo kaingang, e no Litoral, e em todos os vales dos grandes rios, situava-se o povo guarani. Restam poucos xokleng, depois de passar pela quase dizimação imposta pela colonização alemã, a partir de 1850. "A este povo restaram apenas 14 mil hectares de terra, uma ínfima parte do que lhes pertencia", leu Boppré.

Os kaingang, conforme

o parlamentar, também continuam resistindo e são cerca de 5 mil pessoas. "Mesmo com documentos provando que a terra é deles, isso não é respeitado. Este povo quer a terra para ter o mato de volta, para ter o pinhão de volta. São quatro terras indígenas e uma reserva, localizada nos municípios de Chapecó, Seara, Abelardo Luz, Ipuacu e Entre Rios", informou.

Os guarani, que ocupavam um amplo território no Litoral e nos vales dos grandes rios, hoje se encontram totalmente sem terra. "São 14 aldeias no litoral e quatro aldeias no interior. Mas apenas uma está demarcada com insignificantes 59 hectares, no município de Biguaçu", relatou. (TK)

Simone fala de verba do transporte escolar

Até o dia 28 deste mês o governo do Estado deve regulamentar o artigo da Lei Complementar nº 284, aprovada em fevereiro deste ano, que se refere ao Programa de Transporte Escolar. Esse artigo assegura o valor da verba que deve ser repassada aos municípios, relativa ao transporte escolar dos alunos do ensino fundamental. A deputada Simone Schramm (PMDB) ocupou a tribuna na manhã do dia 14 para falar do assunto e da importância da verba para os estudantes. "Essa iniciativa é o primeiro passo para a formação de cidadãos capacitados para enfrentar o mercado de trabalho. Se os alunos tiverem apoio para se manter na escola, futuramente ingressarão no mercado de trabalho com melhores oportunidades", explicou.

O pedido de aumento da verba, pela Fecam (Federação Catarinense dos Municípios), foi recentemente atendido após uma reunião entre o governador do Esta-

do, Luiz Henrique da Silveira, o secretário da Educação, Jacó Anderle, e prefeitos de algumas regiões. "Dos 293 municípios catarinenses, 290 receberão a verba sem precisar da assinatura de convênios", informou.

Segundo a parlamentar, o setor, a partir de agora, terá R\$ 28 milhões por ano, o que representa 17% a mais em relação a 2004. Até o ano passado, o recurso era repassado mensalmente pela Secretaria às prefeituras municipais, através de convênio firmado com o governo.

"Todo cidadão merece uma educação de qualidade, mas é necessário uma discussão mais ampla sobre o assunto para evitar que o governo faça um caixa com a sobra da verba", salientou em aparte o progressista Antônio Carlos Vieira



Simone destacou importância da verba

- Vieirão. Simone Schramm respondeu dizendo que "o governo vai investir na educação consciente de que o setor necessita de atenção especial". (TM)

Festa da Cebola recebe elogios

Ao fazer uso da tribuna, na sessão da manhã do dia 14, o deputado Rogério Mendonça - Peninha (PMDB) elogiou a organização da Festa da Cebola, evento realizado na semana passada no município de Ituporanga. Além de referir-se aos shows artísticos e atividades culturais e comerciais que envolveram o evento, o parlamentar destacou os seminários que discutiram os problemas que enfrentam os produtores de cebola catarinenses.

Peninha agradeceu ao governador pela liberação de R\$ 35 mil para

a realização da Festa e enfatizou que os produtores sofrem a cada safra com a competição desleal da cebola argentina. "O produto entra em nosso país sem limites ou cotas. Isso prejudica muito o mercado nacional e é necessário que nossos deputados e senadores em Brasília lutem para que essa competição acabe. Assistindo à TV Senado, vi três senadores gaúchos preocupados com a produção do vinho e do arroz. Isso é necessário para que nossos produtores não sejam prejudicados com a competição desleal", observou. (CA)



Peninha quer cotas para importações

Caramori cobra uso da Cide

O deputado Reno Caramori (PP) cobrou em discurso da tribuna, na sessão do dia 12, a destinação correta da Cide (Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico) pelo Ministério dos Transportes. A Cide, lembrou, foi criada para ser aplicada na construção e melhoria das rodovias federais, o que, para ele, deixa a desejar. "No ano passado, o Ministério dos Transportes liberou apenas R\$ 10 milhões para reformas nas estradas, o que é pouco, já que estudos comprovam que mais de 70% das estradas federais estão em más condições", afirmou.

Conforme Caramori, em 2004 foram arrecadados R\$ 23 milhões, mas apenas R\$ 12 milhões liberados para as reformas e o restante

foi para pagamento de juros da dívida com o FMI. "Entretanto, neste ano o Ministério do Planejamento informou que todo o dinheiro arrecadado será direcionado para o Ministério dos Transportes, o que tranquiliza todo o setor, dos caminhoneiros aos fabricantes e sindicalistas. As estradas precisam de reformas e agora haverá verba para isso", concluiu. (TK)



Progressista lembrou destinação do imposto

Prática do nepotismo em xeque

A manifestação da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal, de votar pelo fim do nepotismo em todas as esferas do poder, foi aplaudida pelo líder do PT na Casa, deputado Paulo Eccel, na quinta-feira (14). Um dia antes, a Comissão fez a votação simbólica das seis propostas de emenda constitucional que visam acabar com o nepotismo ao proibir a contratação de parentes, até segundo grau, em cargos de comis-

são por autoridades dos Três Poderes da União, dos estados e dos municípios. Agora as propostas seguem para comissão especial que será criada pelo presidente da Câmara Federal, Severino Cavalcanti (PP).

O parlamentar reconhece que apesar da prática ser criticada por todos, ela permanece habitual. Eccel aproveitou para citar alguns casos de nepotismo existentes nas prefeituras de Jaraguá do Sul e Brusque. (MOR)



Paulo Eccel defende fim da prática secular

Papanduva pede melhorias na BR-116

A população do município de Papanduva promoveu no último sábado (16) mais uma manifestação, paralisando o tráfego na BR-116, com o objetivo de sensibilizar as autoridades para o perigo que os motoristas enfrentam no trevo que dá acesso àquela cidade. Segundo o deputado Onofre Agostini (PFL), "o povo não suporta mais os constantes acidentes onde vidas são ceifadas em virtude da falta de visibilidade no local".

O parlamentar ressaltou que, em setembro de 2000, o Legislativo aprovou requerimento, encaminhado para o Ministério dos Transportes, pedindo providências. Lom-



Pefelista deu total apoio à manifestação

badas eletrônicas nos dois sentidos poderiam resolver parte do problema, ponderou o deputado. (MOR)

PEC acaba com voto secreto para vetos

O deputado Francisco de Assis (PT) protocolou, na terça-feira (19), Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que requer voto nominal e ostensivo aos vetos governamentais. Atualmente, a votação é feita de maneira secreta. A PEC foi assinada por mais 14 parlamentares, atendendo determinação da Constituição Estadual.

"O voto secreto foi introduzido para que o cidadão comum não seja pressionado ou ameaçado em caso de derrota do candidato. Não se justifica votar secretamente o veto do governador. Só se justificaria se considerássemos que o Poder Legislativo fosse hierarquicamente

inferior ao Executivo, onde as deliberações sobre os vetos do governador não deveriam ser assumidas publicamente, impossibilitando possíveis retaliações por parte do Executivo. Porém, o Poder Legislativo está, e assim deve agir, em condição de igualdade de poder com atribuições diferenciadas", argumentou.

Assis afirmou que não há razão para que o parlamentar não ostente a sua decisão no caso em questão, já que assumiu compromisso com os eleitores que exigem, com razão, a maior transparência possível de suas atividades no exercício de seu mandato. (TK)

DOS GABINETES

Mel na merenda escolar

Em resposta ao pleito do deputado Onofre Agostini (PFL), sobre a inclusão "do mel de abelha" na merenda escolar, a Secretaria Estadual da Educação esclareceu que o produto já faz parte dos cardápios que compõem a alimentação escolar.

A Gerência de Nutrição e a direção de Apoio ao Estudante e à Rede Física Escolar da Secretaria informaram através de ofício que "a alimentação escolar é adquirida com recurso disponibilizado pelo FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), repassado à Secretaria da Educação com o objetivo de subsidiá-la na compra de alimentos para o PEA (Programa Estadual de Alimentação Escolar)".

O documento esclarece ainda que "60% dos recursos para aquisição dos alimentos são destinados à compra de produtos não-perecíveis, de forma centralizada e por meio de licitação. Os 40% restantes são repassados às escolas de forma descentralizada, através do Prodeme (Programa de Descentralização da Merenda Escolar) para a compra dos alimentos perecíveis, para valorizar a produção local e regional". (Liderança do PFL)

Eccel entrega abaixo-assinado à Anatel

O líder do PT na Assembleia Legislativa, deputado Paulo Eccel, entregou ao presidente da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações), Elifaz Chaves Gurgel Amaral, mais de 100 mil assinaturas, além das diversas moções encaminhadas pelas câmaras de vereadores, prefeituras, sindicatos, associações de moradores e diversas outras entidades, em apoio ao seu projeto contra a cobrança da tarifa de assinatura telefônica fixa e móvel.

A entrega foi feita durante audiência com Amaral, na terça-feira (19), em Brasília, no gabinete da deputada federal Luci Choinacki (PT/SC), na Câmara dos Deputados. Santa Catarina perdeu a oportunidade de ser vanguarda neste tipo de legislação, no dia 6 de abril, quando por apenas dois votos não conseguiu derrubar o veto do governo. "Seria o primeiro Estado a aprovar o fim da injusta e inconstitucional cobrança. Nem a pressão da população, que lotou as galerias da Assembleia, as pilhas de abaixo-assinados e os apelos dos parlamentares do PT foram suficientes para sensibilizar os deputados da base governista", lamenta Eccel.

A tarifa telefônica, quando instituída, há mais de 30 anos, tinha o objetivo de ampliar a telefonia no país. Atualmente, não se justifica mais sua cobrança, que após a privatização já sofreu mais de 4 mil por cento de reajuste. "A cobrança afeta o direito do consumidor, pois ninguém pode ser obrigado a pagar por serviço que não utiliza", esclareceu Eccel. (CM)

Referendo tem apoio

A chance de um brasileiro morrer por arma de fogo é três a quatro vezes maior do que a média mundial. O Brasil é campeão mundial em mortes provocadas por armas de fogo. Nos últimos 20 anos, o número de brasileiros assassinados aumentou 273%, sete vezes mais do que o crescimento populacional. Esses são dados, que fazem parte da Cartilha do Desarmamento distribuída pela ONG *Sou pela paz*, e foram citados pelo deputado Dionei Walter da Silva (PT) na plenária do dia 14. A cada

13 minutos, um brasileiro é assassinado no país. As armas de fogo são responsáveis por gastos de R\$ 200 milhões pelo SUS (Sistema Único de Saúde) e a violência consome 10,5% do PIB (Produto Interno Bruto) da América Latina.

O parlamentar defendeu a realização do referendo popular marcado para outubro deste ano e que decidirá pela proibição ou liberação da comercialização de armas de fogo e munição em todo o território nacional. "Esse referendo irá

levar 130 milhões de brasileiros às urnas para votar, pelo sim ou pelo não, ao fim desse comércio no país. Nós queremos o referendo, queremos votar", disse Dionei. Segundo ele, depois da criação do Estatuto do Desarmamento o número de mortes diminuiu consideravelmente, e o assunto merece ampla discussão. "Por isso pedi à Comissão de Segurança Pública, a realização de uma audiência pública. Agora é o momento de definirmos o que é melhor para nós." (GMP)

Vieirão contesta pesquisa

A segurança pública nas cidades de Joinville e Florianópolis e a reforma da ponte Hercílio Luz provocaram novos embates entre governistas e oposicionistas, desencadeados pelas manifestações do deputado Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP) da tribuna.

Um artigo do governador Luiz Henrique da Silveira, publicado no jornal *O Estado*, foi a base das declarações do progressista. No texto, o governador comemora o fato de a cidade de Joinville, na semana em que comemorava 254 anos de fundação, ter sido considerada pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), vinculado ao Ministério do Planejamento, como a segunda cidade mais segura do país entre municípios com mais de 300 mil habitantes. Florianópolis ficou com a quinta colocação. "Só neste ano foram assassinadas 43 pessoas na capital. Mas a



Deputado criticou propaganda

verdade é que elas não morreram. Isso é um pesadelo que existe, e este deputado não tem intenção de acreditar no governador", ironizou. A confusão dos leitores, segundo avaliação de Vieirão, deve ter sido grande, ao depararem-se com notícias tão contraditórias.

que a ponte Hercílio Luz foi restaurada em um final de semana", ironizou.

Real - Em resposta ao progressista, o líder da bancada peemedebista, deputado Manoel Mota, acusou a oposição de querer denegrir a imagem de Joinville, afirmando que o "pri-

Ponte - Um outdoor, agradecendo ao governador Luiz Henrique pela restauração da ponte Hercílio Luz, também foi alvo das avaliações feitas por Vieirão. "Sou das antigas, na minha época não havia computador e nem essa história de virtual. Talvez seja por isso que eu não consiga enxergar que Joinville e Florianópolis são cidades seguras e

meio alvo" foi a Escola Bolshoi, em Joinville, e agora é a "segurança pública". Sobre a restauração da ponte, assegurou que "ela é uma realidade". "O governo estadual não tem culpa do que os governos passados não fizeram. Foram incompetentes e não tiveram a coragem de investir. A oposição tem todo o direito de vir aqui cobrar, mas está na hora de só falarmos sobre o que conseguirmos provar", argumentou Mota.

Vieirão salientou que deseja ver a ponte restaurada, mas que, ao contrário do que Mota falou, o seu manifesto não foi jogo de cena. "Colocar um outdoor pelo cumprimento da ação em um prédio público (*está afixado em terreno de escola estadual*) é deboche, e mais deboche é um parlamentar achar que é perda de tempo. Esse tipo de publicidade nós repudiamos", encerrou Vieirão. (TK/GMP/DAB)

AL COMUNIDADE

Aquífero Guarani e Bacia do Rio Uruguai

Encontros no Oeste encerram ciclo de seminários

Scheila Dziedzic

Os seminários realizados em São Lourenço do Oeste, no dia 14, com a participação de aproximadamente 700 pessoas, e em Maravilha, no 15, com mais de 800 participantes, encerraram o ciclo de debates do Fórum Permanente de Preservação da Bacia do Rio Uruguai e do Aquífero Guarani, presidido pelo deputado Pedro Baldissera - Padre Pedro (PT) e rebatizado de Fórum das Águas. No total, 14 municípios receberam a estrutura do Fórum que iniciou no ano passado o ciclo de seminários sobre a Bacia e o Aquífero, ainda sob a presidência do deputado Sérgio Godinho (PTB). Os encontros contaram com o engajamento de lideranças políticas, comunitárias, entidades ambientais, educadores e alunos das regiões visitadas e aprofundaram as discussões em torno de ações de preservação e da busca de soluções para a degradação provocada pelo homem às reservas de água doce.

Mais de 5 mil

pessoas acompanharam, durante os seminários, explicações apresentadas por palestrantes como o geólogo do Deinfra e secretário executivo do Programa de Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio Uruguai, Vitor Hugo Fronner Bicca, sobre o Aquífero Guarani, imensa reserva subterrânea de água doce e potável. Bicca enfatizou a necessidade de continuar os estudos sobre esta área de 1,2 milhão de quilômetros quadrados, que estende-se pelo Brasil (840 mil quilômetros quadrados), Paraguai (58.500 quilômetros quadrados) e Argentina (255 mil quilômetros

quadrados). "Existem muitos pontos a serem estudados e esclarecidos, como a relação das águas superficiais com as águas subterrâneas; quais são os pontos de afloramento em cada município, de maneira a disciplinar a atividade de uso desta água. Em determinados locais, a água armazenada pode ser consumida." O geólogo usa como exemplo o município de São João do Oeste, que viabilizou um balneário com água do Aquífero.

Também alertou para a importância de legislação sobre o assunto, como o projeto de lei que em tramitação e que regulamenta a política estadual de recursos hídricos.



Comunidades participaram ativamente. Na foto, deputado Pedro, de camisa vermelha



Vice-presidente Herneus de Nadal (segundo à esquerda): "Conscientização é essencial"

Ações positivas

Várias experiências que tiveram bons resultados foram divididas com os participantes durante os seminários. Em Maravilha, o engenheiro agrônomo Gilson Marqueoli mostrou como alguns produtores rurais vêm se utilizando das cisternas, reservatórios de baixo custo usados para armazenar água captada da chuva. O programa foi desenvolvido pela Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense porque se verifica a forte carência de água tanto em quantidade como em qualidade, devido ao elevado consumo nas propriedades em função da grande concentração de animais e problemas como a estiagem, que tem ocorrido com maior intensidade nos últimos anos.

Marqueoli diz que a qua-

lidade da água fornecida aos animais é de péssima qualidade. Conforme análises do laboratório de águas do Cepaf/Epagri, na região Oeste catarinense, 100% da água utilizada para os suínos, 90% da água consumida pelos frangos e 85% da água consumida pelas pessoas estão contaminados por coliformes fecais, comprometendo, desta forma, a produção animal e a saúde humana. Por outro lado, a água captada da chuva é de melhor qualidade.

Presente no encontro em Maravilha, o vice-presidente do Legislativo, deputado Herneus de Nadal (PMDB), comemorou a expressiva presença de estudantes entre os participantes, que se transformam em agentes difusores das informações colhidas durante os seminários.

Preservar exige envolvimento da comunidade

Vitor Bicca aposta principalmente no envolvimento dos estudantes, nos quais ele detecta um foco de consciência mais apurada e crescente. "Os estudantes têm acesso facilitado à informação e maior possibilidade de inserir estes conhecimentos no seu dia-a-dia", comenta. Bicca, como secretário executivo do Programa de Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio Uruguai, defende ainda a construção de uma espécie de plano diretor com a identificação das ações possíveis de serem executadas no âmbito de proteção do aquífero e das águas. Com projetos bem estruturados, é possível a conquista de financiamentos de organis-

mos internacionais para o desenvolvimento destas ações, explicou.

Outra experiência repassada aos participantes do Fórum é vivenciada pela usina hidrelétrica Itaipu Binacional, que desenvolve relacionamento com o público externo, tendo como principal programa o *Cultivando Água Boa*, com diversas ações nas comunidades dos municípios em torno do lago de Itaipu, atualmente o sétimo reservatório de água do país. O representante da estatal, Pedro Irno Tonelli, comenta que dentro da nova política do governo federal determinouse que as empresas se insiram e participem ativamente

nos problemas da sociedade.

"A orientação recebida é para nos questionarmos e agirmos dentro do que podemos fazer para mudar a realidade de onde atuamos, através de programas sociais, ambientais e de desenvolvimento. São situações interligadas", comentou. A área de atuação da estatal, a Bacia do Paraná III, é formada por 1.500 nascentes, riachos e rios, todos desembocando em Itaipu. Apesar de ter como atividade o uso da água para a geração de energia, Tonelli afirma que existe compromisso solidário com a comunidade através de diversos programas que possibilitem água e solo bons, assegurando qualidade de vida e o desenvolvimento regional sustentável.



Apresentações fizeram parte do programa das oficinas que integraram os seminários